

MARIA EDUARDA PEREIRA RODRIGUES

**ASPECTOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: DA
COLÔNIA A ERA VARGAS**

GOIÂNIA

2023

MARIA EDUARDA PEREIRA RODRIGUES

**ASPECTOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: DA
COLÔNIA A ERA VARGAS**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professor Orientador: Ms. Mardônio Pereira da Silva

GOIÂNIA

2023

Maria Eduarda Pereira Rodrigues

**ASPECTOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: DA COLÔNIA A ERA
VARGAS**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no Curso de Pedagogia, Escola de Formação de Professores E Humanidades da Universidade Católica de Goiás.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador: Ms. Mardônio Pereira da Silva _____

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Prof.(a) Convidado(a): _____

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Nota Final _____ ()

Goiânia, ____/____/ 2023.

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho a minha mãe que foi o meu maior apoio em momentos de angústia, ao meu esposo que sempre me apoia em minhas escolhas, a minha filha que é pequenina, mas me proporciona uma força gigantesca, espero que ela possa ler este trabalho algum dia, a todos os educadores para que possam compreender um pouco dos aspectos da história da educação no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me manter firme nesse processo que foi muito desafiador, a minha família por me apoiar todas as vezes que precisei me ausentar das responsabilidades de casa, como mãe, esposa e filha.

Em especial, a minha mãe que sempre está comigo me dando todo suporte e amor, ela é minha maior inspiração.

ASPECTOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: DA COLÔNIA A ERA VARGAS

Maria Eduarda Pereira Rodrigues*

Mardônio Pereira da Silva**

RESUMO: O presente trabalho acadêmico apresentará um panorama histórico dos principais aspectos da educação no Brasil, abrangendo o período colonial até a era Vargas. Será exposta de maneira sintetizada a evolução do sistema educacional desde as primeiras iniciativas dos colonizadores portugueses, com a catequese dos indígenas, até o advento da República. Outros aspectos, como a influência da Igreja Católica na educação, a criação das primeiras escolas e universidades, a chegada da corte portuguesa e o impacto das reformas educacionais durante o período imperial serão explicitadas também. Além disso, veremos como a participação do Estado na educação, especialmente durante a era Vargas, com a criação de órgãos reguladores e políticas educacionais foram significativas para o processo formativo do país.

Palavras-chave: História. Educação. Escola.

* Acadêmica do Curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

** Mestre. Professor da PUC Goiás. Orientador.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPITULO I	
A EDUCAÇÃO DURANTE O PERÍODO COLONIAL	9
1.1 A Chegada da Companhia de Jesus no Brasil	9
1.2 A Expulsão dos Jesuítas do Brasil	13
1.3 A Educação no I Reinado e Período Regencial	15
1.4 Educação no II Reinado	17
1.5 Proclamação da República.....	19
CAPÍTULO II	
A EDUCAÇÃO NA REPÚBLICA VELHA E ERA VARGAS	22
2.1 A República das Oligarquias e a Educação	22
2.2 Educação na Era Vargas.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29

INTRODUÇÃO

Este trabalho acadêmico tem como propósito apresentar o histórico da educação brasileira do período colonial até o governo de Getúlio Vargas, destacando os principais aspectos que marcaram essa trajetória. A partir das nossas pesquisas e análises nas fontes bibliográficas disponíveis, busca-se apreender a evolução das práticas educacionais ao longo desses períodos. Assim como os desafios enfrentados e as transformações sociais, políticas e econômicas que influenciaram o sistema educacional brasileiro. Por meio dessa investigação histórica, busca-se oferecer uma visão geral sobre a educação no Brasil, contribuindo para o conhecimento e a compreensão de um tema de relevância fundamental.

A educação possui um papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade, formando o futuro de seus cidadãos e estabelecendo os fundamentos para o progresso. No Brasil, a história da educação revela não apenas a evolução das práticas pedagógicas como também os desafios enfrentados no decorrer dos séculos. Desde a época colonial até o governo de Getúlio Vargas, o Brasil foi afetado por profundas transformações sociais, políticas e econômicas, que influenciaram diretamente o sistema educacional e suas diferentes fases de desenvolvimento.

No capítulo I veremos um recorte dos aspectos fundamentais que marcaram a época colonial, demarcada pela colonização portuguesa, que representou os primórdios da educação formal no Brasil. Inicialmente voltada para a instrução dos filhos da elite, a educação era pautada pelos princípios religiosos e tinha como objetivo principal a catequese dos indígenas. Após a chegada dos jesuítas e a implementação das primeiras escolas, a educação formal foi concretizada no Brasil colonial, porém destinada a uma parcela reduzida da população.

Com o advento da independência em 1822, surgiram as primeiras iniciativas na área da educação, mas com pouco impacto real porque a Constituição de 1824 afirmava apenas que o acesso a educação era garantido a todos sem estabelecer os meios concretos para que isso se realizasse. Por outro lado, o Segundo Reinado, destacaram-se avanços na educação, como a criação de outras instituições de ensino superior além daquelas que haviam sido criadas com a chegada de Dom João VI ao Brasil.

No capítulo II será exposto o processo de transição para a República, no final do século XIX, que acarretou uma série de debates e mudanças sobre o papel da educação na formação da nação. A criação das primeiras leis de obrigatoriedade do ensino, que buscava a universalização do acesso à educação básica. No entanto, essas medidas enfrentaram desafios significativos de implementação. No governo de Getúlio Vargas, que se estendeu de 1930 a 1945 e posteriormente de 1951 a 1954, foram implementadas reformas profundas na estrutura educacional brasileira. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, e a implementação do artigo 130 da Constituição de 1937, que tornou o ensino primário obrigatório e gratuito como um direito populacional.

CAPITULO I

A EDUCAÇÃO DURANTE O PERÍODO COLONIAL

Neste capítulo veremos os primeiros passos da educação no Brasil a partir de dados, obras e registros. A abordagem inicial trará como se deu a implementação dos processos educativos oficialmente declarados em 1549 com a chegada dos Jesuítas ao país, que em 1759 por motivos políticos e religiosos, foram expulsos do Brasil por Marquês de Pombal, todavia, teve seus respectivos impactos. Em 1822 com o advento da Independência do Brasil, vemos um avanço significativo onde a educação deixa de ser dominada predominantemente pela Igreja Católica e em 1824 foi implementado um artigo específico na Constituição Federal que previa a obrigatoriedade da instrução primária gratuita e a criação de escolas de primeiras letras em todo o país.

1.1 A Chegada da Companhia de Jesus no Brasil

O período colonial no Brasil compreende o século XVI até o início do século XIX, quando o país era uma colônia de Portugal. Durante este período os padres jesuítas deram uma grande contribuição para o processo de educação formal nas terras que um dia seriam chamadas de Brasil. Mas porque vieram para o Brasil? Quais eram seus objetivos? Porém, para falar sobre estes religiosos precisamos em primeiro lugar contextualizar historicamente seu surgimento na Europa.

Durante o início dos anos 1500, ocorreu um evento conhecido como Reforma Protestante, liderado por Martinho Lutero. Ele argumentou que a educação deveria estar disponível para qualquer pessoa, independentemente de sua posição social, pois poderia melhorar suas vidas e habilidades de comunicação (VANDERBILT; 2008). Uma das obras de Lutero, "On Secular Authority", proclamou que "Independentemente de suas origens ou status, toda pessoa deve ter a chance de aprender". O conhecimento leva a triunfos na vida. Na cidade de Wittenberg, na Alemanha, em 1524, Lutero estabeleceu a primeira escola para protestantes. Era essencial para ele que as crianças fossem educadas, pois ele acreditava que isso moldaria o caráter e promoveria a sociedade. Ele também defendia mais escolas desse tipo em todo o país. Desta forma "Lutero foi uma das mais poderosas personalidades da história da humanidade, cuja obra teve influência decisiva na

Reforma Protestante e na formação da moderna civilização ocidental.” (BRANDT, 2003, p. 9)

Algumas das principais atribuições de Lutero para a educação foram as escolas primárias gratuitas, que ofereciam aos jovens a oportunidade de aprender a ler, escrever e fazer cálculos básicos. Ele também defendia a importância do estudo da Bíblia, o que o levou a traduzir o Novo Testamento para o alemão, tornando-a acessível a um público mais amplo. Lutero enfatizava a importância da formação de professores qualificados, que fossem capazes de transmitir conhecimentos de forma clara e eficiente. Defendia que os professores deveriam ter formação acadêmica e teológica, além de habilidades pedagógicas, para que pudessem ensinar de forma adequada e transmitir valores cristãos aos alunos. Dessa forma, pode-se afirmar que Lutero teve grande influência na educação, defendendo a importância da educação para todos, o ensino da Bíblia e a formação de professores qualificados. Suas ideias e ações contribuíram para a democratização do acesso à educação e para a formação de um sistema educacional mais inclusivo e acessível (SILVA, 2002).

A Igreja católica reagiu às propostas de Lutero com a chamada contrarreforma Católica que ocorreu em meados do século XVI com uma reunião dos principais líderes mundiais do catolicismo na Itália.

Em síntese, a Reforma foi o grande divisor de águas da história religiosa e política do Ocidente, que, por sua vez, deu início à Contrarreforma, expressão da tentativa de manutenção da unidade religiosa da Europa, através do fortalecimento da Igreja Católica. (MORAES, 2015, p. 62).

A citação apresentada destaca o peso da contrarreforma na tentativa de recuperação da fé católica e combate às heresias e crenças contrárias à doutrina da Igreja. O autor enfatiza que a contrarreforma não foi apenas uma reação defensiva, mas também um movimento ofensivo, que buscou fortalecer e expandir a influência da Igreja Católica no mundo, o que ilustra bem o contexto histórico da época, em que a Igreja Católica enfrentava uma série de desafios, como por exemplo a Reforma Protestante e as críticas em relação aos seus dogmas e práticas. Nesse sentido, a contrarreforma foi uma resposta a esses desafios, por meio da qual a Igreja buscou reafirmar sua autoridade e preservar sua influência na sociedade da época.

Entre as medidas tomadas pela Igreja Católica para combater os protestantes surge a Companhia de Jesus também conhecidos como “jesuítas”. Em 1540 é fundada a Companhia de Jesus, chamada de Ordem dos Jesuítas, pelo espanhol Inácio de Loyola. Seus membros eram conhecidos por sua devoção, erudição e atividades missionárias em todo o mundo. Na época do Brasil colonial, os jesuítas foram responsáveis pela fundação de diversas escolas, colégios e seminários, além de terem papel fundamental na catequese e evangelização dos povos indígenas. Deste modo,

A Companhia de Jesus teve uma atuação marcante na educação, seja pela criação de escolas e universidades, seja pela elaboração de um método pedagógico próprio, que se destacou pela ênfase na disciplina e na formação moral e intelectual dos alunos (CUNHA, 2011, p. 20).

A educação no Brasil surge oficialmente sob domínio dos jesuítas em 1549, quando foram fundadas as primeiras escolas para catequizar os índios e formar jovens para a vida religiosa. Segundo a historiadora Emília Viotti da Costa, “a ação dos jesuítas no Brasil, desde o início, visou à formação de uma elite clerical capaz de garantir a expansão da fé católica no país” (COSTA, 2006, p. 61).

Dessa forma, a educação durante o período colonial era fortemente voltada para a religião católica, tanto como instrumento de formação dos privilegiados, quanto como forma de controle social e catequese dos índios.

A educação infantil no período colonial do Brasil foi marcada por uma série de fatores que influenciaram a formação da sociedade brasileira. Desde a chegada dos primeiros colonizadores, em 1500, até a independência do país, em 1822, a educação infantil foi vista como um meio de dar continuidade a catequese.

O contexto histórico do período colonial foi marcado pela expansão do império português e pela exploração do território brasileiro, mas em relação à educação infantil, a presença de jesuítas foi fundamental para a formação das primeiras escolas no Brasil. Segundo Ramos (2010, p. 29), “a educação jesuítica tinha como objetivo principal a formação dos filhos dos colonos para a vida religiosa, bem como para a vida prática, formando bons cristãos e cidadãos leais à Coroa Portuguesa”.

Durante o período colonial no Brasil, a educação infantil especificamente não era uma preocupação das elites portuguesas. As crianças eram ensinadas em casa pelos pais ou por tutores particulares e a escolaridade era reservada apenas para as

famílias mais abastadas. As escolas eram voltadas para filhos de colonos e, mais tarde, para filhos de senhores de engenho. As crianças escravizadas não tinham acesso à educação formal e, quando aprendiam a ler e escrever, muitas vezes era de forma clandestina. Lopes (2015, p. 53), destaca “os escravos eram proibidos de frequentar escolas, e aqueles que eram pegos em flagrante eram punidos com rigor”. Interessante notar que os jesuítas se preocupavam muito com a educação dos indígenas mas não demonstravam o mesmo pelo negros escravizados. Uma contradição que causa espanto.

A educação infantil nesse período era realizada pelas ordens religiosas, que tinham como objetivo transmitir a fé cristã e ensinar os rudimentos de leitura, escrita e aritmética. Como metodologia de ensino os jesuítas utilizavam o *Ratio Studiorum*, que foi elaborado no final do século XVI com o objetivo de estabelecer um método educacional eficiente e uniforme para as escolas jesuítas, que se espalharam por todo o mundo. O plano de estudos era dividido em três ciclos: o primeiro, chamado de Humanidades, era voltado para o estudo das línguas, gramática, retórica, poesia e história; o segundo ciclo, chamado de Filosofia, incluía disciplinas como lógica, metafísica e ética; e o terceiro ciclo, chamado de Teologia, era voltado para o estudo da doutrina e da teologia cristã.

O *Ratio Studiorum* foi um modelo pedagógico que se tornou um marco na história da educação. Ele propunha uma educação humanista e religiosa, que visava formar cidadãos capazes de pensar criticamente, agir com ética e servir ao bem comum. Sua influência pode ser vista em muitas instituições de ensino em todo o mundo, incluindo o Brasil. (OLIVEIRA, 2000, p. 64).

O currículo adotado pelos jesuítas tinha como princípios a formação integral do aluno, com ênfase na formação moral e religiosa, e a valorização do ensino por meio da prática. Desta maneira podemos afirmar que “A *Ratio Studiorum*, documento que sintetiza o espírito pedagógico da Companhia de Jesus, tinha como objetivo não só a formação de quadros para a Igreja, mas também a formação do homem para a vida social e política” (FALCON, 2001, p. 53). Um dos métodos utilizados pelos jesuítas para educar as crianças consistia no “ensino baseado na repetição, na memorização e na imitação, utilizando-se, para isso, castigos físicos e verbais para corrigir os erros dos alunos”. (ALVES, 2012, p. 45. Adaptado).

Embora seja uma proposta pedagógica que reflita o contexto histórico e cultural em que foi elaborada, sua influência na educação brasileira é inegável. O modelo de educação proposto pela Companhia de Jesus contribuiu para a formação de muitas gerações de estudantes em todo o mundo e ainda é estudado e discutido por educadores e pesquisadores até hoje.

1.2 A Expulsão dos Jesuítas do Brasil

A expulsão dos jesuítas em 1759 pelo Marquês de Pombal teve impacto significativo na educação no Brasil colonial. O principal motivo para a expulsão dos jesuítas do Brasil foi a acusação de que eles estavam envolvidos em atividades comerciais ilegais, como o contrabando de pedras preciosas e o comércio de escravos. Além disso, os jesuítas eram vistos pelo governo português como um obstáculo para a implementação das reformas iluministas na colônia, que visavam modernizar e racionalizar a administração pública e a economia. No entanto, a expulsão dos jesuítas também foi motivada por razões políticas e religiosas.

A Companhia de Jesus era uma ordem religiosa leal à autoridade papal, o que a tornava suspeita aos olhos do governo português, que desejava fortalecer seu controle sobre a colônia. (CUNHA, 2011) destaca que os jesuítas foram expulsos do Brasil devido a uma combinação de fatores políticos, econômicos e ideológicos. A Coroa Portuguesa, influenciada pelas ideias do iluminismo e buscando aumentar seu controle sobre as colônias, viu os jesuítas como uma ordem religiosa poderosa e autônoma que poderia representar uma ameaça aos seus interesses políticos e econômicos. Além disso, os jesuítas foram acusados de acumular grandes riquezas e exercer uma influência excessiva sobre a população indígena, o que também contribuiu para sua expulsão.

Os jesuítas eram responsáveis pela educação de elite e de muitos dos filhos da aristocracia colonial, além de terem fundado importantes escolas em diversas partes do país. Com a expulsão, muitas das escolas jesuítas foram fechadas ou assumidas por outras ordens religiosas, que não possuíam a mesma expertise e recursos dos jesuítas. Além disso, a expulsão resultou na interrupção do método educacional que até então era o Ratio Studiorum, que havia se tornado amplamente utilizado em toda a América Latina.

A expulsão dos jesuítas teve profundas implicações para a educação no Brasil. Com o fim do sistema jesuítico de ensino, o governo português teve dificuldades em manter as escolas existentes e em formar novos professores. Além disso, a educação passou a ser vista como um meio de formação de mão de obra para as atividades produtivas e de preparação para a vida prática, perdendo seu caráter humanista e religioso. (LIMA, 2008, p. 72).

O governo português assumiu o controle das escolas e tentou implantar um novo sistema educacional, que ficou conhecido como Reforma Pombalina. Esse novo sistema enfatizava a educação prática e técnica, com ênfase em disciplinas como matemática, física e química, em detrimento das humanidades e da formação moral e religiosa. A Reforma Pombalina teve um impacto significativo na educação no Brasil, mas também foi alvo de críticas e resistência. Além disso, a expulsão dos jesuítas também teve impactos culturais e sociais. Os jesuítas haviam sido responsáveis pela fundação de muitas instituições culturais e científicas no Brasil, e a sua saída deixou um vazio no campo da produção intelectual e cultural. A expulsão dos jesuítas também teve um impacto nas relações sociais, já que muitas famílias eram ligadas à Companhia de Jesus e perderam a sua influência e poder político com a sua expulsão. (BITTENCOURT, 2008).

A expulsão também resultou na secularização da educação no Brasil, com o surgimento de escolas leigas e a adoção de novos métodos pedagógicos. No entanto, a educação continuou sendo fortemente influenciada pelo catolicismo, uma vez que a Igreja ainda detinha grande poder e influência na sociedade brasileira. Apesar das consequências negativas da expulsão dos jesuítas, a medida foi parte de uma série de reformas modernizadoras implementadas por Pombal no Brasil e em Portugal, visando enfraquecer o poder da Igreja Católica e centralizar o poder na figura do rei.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, a educação no Brasil passou a ser comandada pela Coroa Portuguesa, que tentou impor um sistema educacional laico e racionalista. Entretanto, a ausência dos jesuítas gerou um vácuo na educação brasileira que demorou a ser preenchido. (SCHWARTZMAN, 1982, p. 77).

Após a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, a educação no país sofreu um período de instabilidade e mudanças. A citação de Schwartzman destaca um marco importante na história da educação brasileira, já que essa medida resultou em mudanças significativas no sistema educacional do país, uma vez que os jesuítas

desempenhavam um papel central na educação colonial. Com a saída deles, a Coroa Portuguesa assumiu a responsabilidade pela educação, buscando impor um sistema educacional neutro religiosamente e fundamentado na razão, afastando-se da metodologia implantada pelos jesuítas, no entanto, essa expulsão deixa uma grande lacuna na educação do país, por causa da sua grande influência. Segundo o autor com a necessidade de preencher o vazio deixado pelos jesuítas, novas instituições educacionais foram estabelecidas, como as Aulas Régias, que eram escolas públicas controladas pelo Estado. Esse período de transição e adaptação revela os desafios enfrentados pela educação no Brasil e a necessidade de reestruturar o sistema educacional diante da ausência dos jesuítas, e também com a falta de professores qualificados. Vale ressaltar que essas transformações foram graduais e variaram ao longo do tempo e do espaço, refletindo as diferentes realidades e contextos regionais do Brasil.

Por outro lado, ao longo do século XIX, a educação no Brasil passou por diversas mudanças e reformas, com a criação de escolas públicas e uma duvidosa secularização do ensino. Em 1827, foi promulgada a Lei de 15 de outubro, que estabeleceu as primeiras diretrizes para a organização do ensino elementar no país, tornando a educação obrigatória para crianças entre 7 e 14 anos de idade, um marco significativo para a história da educação. É o que veremos na próxima parte.

1.3 A Educação no I Reinado e Período Regencial

A independência do Brasil, ocorrida em 1822, teve uma relação importante com a educação no país. Antes da independência, a educação no Brasil era predominantemente controlada pela Igreja Católica e estava voltada para a formação do clero e da elite colonial, sem atender às necessidades e demandas da população em geral.

A Constituição de 1824, primeira Constituição do Brasil após a independência, incluía um artigo específico sobre a educação. Esse artigo estabelecia que:

Art. 179 – A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte. [...]

§ 32 – A Instrução primaria é gratuita a todos os Cidadãos.

§ 33 – Em todos os Cidades, Villas, e lugares mais populosos haverá as Escolas de primeiras Letras que forem necessárias, as quais serão também gratuitas.

§ 34 – Os Presidentes e respectivos Ministros, além das outras autoridades constituídas, promoverão por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento físico, e moral dos indivíduos a seu cargo, animando, e auxiliando a Instrução primaria, e secundaria, e promovendo por todos os modos, o estabelecimento de Escolas de ambos os sexos nas Cidades, Villas, e lugares mais populosos.

Os parágrafos 32, 33 e 34, o artigo tratava especificamente da educação, estabelecendo que a instrução primária deveria ser gratuita a todos os cidadãos, e que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos deveria haver escolas de primeiras letras gratuitas. O texto ainda previa que as autoridades constituídas deveriam promover o melhoramento físico e moral dos indivíduos sob sua responsabilidade, estimulando e auxiliando a instrução primária e secundária e promovendo o estabelecimento de escolas de ambos os sexos em cidades, vilas e lugares mais populosos.

O artigo da Constituição de 1824 foi um marco importante para a educação no Brasil, ao estabelecer a obrigatoriedade da instrução primária gratuita e a criação de escolas de primeiras letras em todo o país. No entanto, a implementação dessas medidas enfrentou muitos desafios ao longo dos anos seguintes, especialmente no que diz respeito à falta de recursos financeiros e à falta de prioridade política para a educação.

Por conseguinte, o primeiro reinado corresponde ao período em que Dom Pedro I governou o Brasil como imperador, entre 1822 e 1831. Durante o primeiro reinado, a educação no Brasil estava centrada no ensino das primeiras letras e tinha um caráter elitista, com pouca preocupação em garantir o acesso à educação para todos. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, “No primeiro reinado, a educação estava longe de ser considerada uma prioridade. Havia poucas escolas públicas, que ofereciam ensino precário e as escolas particulares eram em geral destinadas às elites” (CARVALHO, 2010, p. 188).

Além disso, o ensino era fortemente influenciado pela Igreja Católica, que detinha o monopólio do ensino e tinha como objetivo principal a formação de bons cristãos e cidadãos submissos ao poder imperial. Segundo Maria Helena Novaes, “O ensino da doutrina católica ocupava lugar privilegiado no currículo, e a instrução moral e religiosa constituía o objetivo fundamental da educação” (NOVAES, 1996, p.

83). Apesar dessas limitações, o primeiro reinado também viu a criação de algumas iniciativas importantes na área da educação.

Em 1827, por exemplo, foi criada a primeira lei geral sobre educação no Brasil, conhecida como Lei de 15 de outubro. Essa lei estabelecia as bases para a instituição das escolas de primeiras letras em todas as vilas e cidades do país, embora a sua implementação tenha sido limitada.

1.4 Educação no II Reinado

Durante o Segundo Reinado no Brasil (1840-1889), a educação sofreu algumas mudanças significativas. Diferentemente do período colonial, a educação passou a ser vista como uma questão de Estado, e não mais como uma atividade restrita às ordens religiosas. De acordo com o historiador Sérgio Praça, “o Segundo Reinado foi o período de consolidação do Estado nacional, quando se ampliaram as políticas públicas de educação” (PRACA, 2011, p. 28). Nesse sentido, foram criados diversos estabelecimentos de ensino, como escolas normais, colégios de aplicação e escolas de formação de professores. Além disso, a educação também se tornou uma questão política, sendo usada como instrumento de legitimação do poder imperial. Segundo a historiadora Luciana Marino, “o Segundo Reinado inaugurou uma política de alianças entre as elites locais e o poder central, através do uso da educação como forma de controle e disciplinamento da sociedade” (MARINO, 2002, p. 66).

Outra mudança importante ocorrida durante o Segundo Reinado foi a introdução do ensino primário gratuito e obrigatório para crianças de 7 a 14 anos, em 1874, por meio da Lei Saraiva. No entanto, a implementação dessa lei enfrentou muitos obstáculos, como a falta de recursos financeiros e a resistência de setores da sociedade contrários à ideia de que o Estado deveria oferecer educação gratuita. Apesar dos avanços e das mudanças significativas na educação durante o Segundo Reinado, ainda havia muitas limitações e desigualdades no acesso à educação, especialmente para as camadas mais pobres da população, demonstrando o quanto as relações socioeconômicas continuaram interferindo nos processos educacionais. (MARINO, 2002).

O Colégio Pedro II, a partir de 1874, passou a receber meninos e meninas de seis a dez anos de idade para o curso de instrução primária elementar. Com isso,

tornou-se uma das primeiras instituições a oferecer educação infantil de forma sistematizada no país. “O Real Colégio de Pedro II teve, assim, um papel fundamental na formação de intelectuais, cientistas e técnicos, ajudando a consolidar o campo da cultura letrada no Brasil” (BITTENCOURT, 2003, p. 172). Segundo o autor, o Real Colégio de Pedro II foi um marco na educação brasileira e influenciou o surgimento de outras instituições de ensino que buscaram seguir seus padrões de qualidade.

A partir da fundação do colégio Pedro II, a educação infantil no país passou a ser cada vez mais valorizada e priorizada, contribuindo para o desenvolvimento da educação como um todo. Todavia, ainda era vista como uma educação excludente, voltada para os filhos da elite brasileira.

O Real Colégio de Pedro II era uma instituição educacional que visava a formação de uma elite intelectual, capaz de conduzir a nação brasileira ao progresso e modernidade. Para tanto, o colégio se dedicava ao ensino das ciências, das humanidades e das artes, em uma perspectiva de formação completa dos alunos, voltada para o desenvolvimento da razão, da moralidade e da cidadania. (SOUZA, 2006, p. 78).

A instituição tinha uma estrutura curricular semelhante à das escolas europeias da época, com disciplinas como latim, grego, francês, filosofia, matemática, história e ciências naturais. Ademais, a escola também oferecia aulas práticas de desenho e música. O ensino era ministrado por professores altamente capacitados, muitos deles vindos da Europa, e os alunos eram selecionados por meio de um rigoroso processo seletivo. A escola também contava com uma biblioteca com um grande acervo de livros, o que permitia aos estudantes terem acesso a uma vasta quantidade de conhecimento. Apesar de ter sido uma instituição de elite e de ter sido criada em uma época de grande desigualdade social, o Real Colégio de Pedro II teve um papel importante na disseminação do conhecimento e na formação de profissionais altamente capacitados, que contribuíram para o desenvolvimento do Brasil em diversos campos do conhecimento. “O Real Colégio de Pedro II, que se transformou na mais importante escola brasileira do século XIX” (FAUSTO, 2008, p. 187).

Durante o Segundo Reinado, o sistema educacional brasileiro era fortemente influenciado pela Igreja Católica, que controlava a maioria das escolas e

universidades do país. Além disso, a educação era restrita a uma elite econômica e intelectual, e grande parte da população era analfabeta.

Ao longo do século XIX e no início do século XX, surgiram diversos movimentos e correntes pedagógicas que buscavam transformar a educação no país, como a Escola Nova e o movimento dos Pioneiros da Educação. Como será exposto na próxima parte do nosso trabalho esses movimentos defendiam uma educação mais voltada para a formação integral do indivíduo, para a construção de uma sociedade mais justa e democrática e para a valorização da cultura e das tradições brasileiras.

1.5 Proclamação da República

A Proclamação da República em 1889 trouxe mudanças significativas para a educação brasileira. Uma das primeiras medidas adotadas pelo governo republicano foi a criação do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos em 1890, responsável por elaborar políticas e diretrizes para a educação em todo o país. Nesse período, a educação passou a ser vista como um meio de modernização e desenvolvimento do país. Segundo Saviani (2008, p. 139), “a educação passou a ser vista como um instrumento privilegiado de promoção do desenvolvimento econômico e da modernização política e cultural do país”.

Uma das principais mudanças foi a implementação do ensino laico, que buscava separar a educação da influência da Igreja Católica. Em 1891, foi promulgada a primeira Constituição republicana, que estabelecia o princípio da laicidade do Estado e a liberdade de ensino. Segundo Garcia (2005, p. 51), “a República instituiu uma escola pública laica, gratuita e obrigatória, que pretendia romper com o tradicional modelo escolar, calcado no privilégio de classes e na formação de uma elite dirigente”. Outra medida importante segundo a autora foi a criação das Escolas Normais, que tinham como objetivo formar professores para o ensino primário. Essas escolas foram responsáveis por difundir os ideais republicanos e laicos entre a população, além de valorizar o trabalho do professor como agente de transformação social.

No entanto, a implementação dessas medidas encontrou resistência por parte da Igreja Católica e de setores conservadores da sociedade. Houve conflitos em torno do ensino religioso nas escolas públicas e da utilização do método de ensino

da Escola Nova, que valorizava a prática e a experimentação em detrimento da memorização e da repetição. Apesar das dificuldades, o período da Proclamação da República foi marcado por avanços significativos na educação brasileira, que contribuíram para a construção de um modelo de educação mais inclusivo e democrático (GARCIA, 2005). Por conseguinte, em uma entrevista ao jornal Folha de São Paulo, o educador e filósofo Paulo Freire destaca:

A Proclamação da República marcou uma mudança profunda na história do Brasil, e a construção de um sistema educacional público, gratuito e laico foi um dos pilares fundamentais desse processo. Esse sistema educacional foi construído com base em ideias modernas e democráticas, que visavam garantir o acesso à educação para todos os brasileiros e formar cidadãos conscientes e críticos. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir a qualidade da educação e o acesso igualitário à educação para todos os brasileiros. (FREIRE; 1986).

No período da Proclamação da República, a educação infantil ainda era pouco valorizada e pouco desenvolvida. “A educação infantil era ainda tratada com descaso pelos governantes, que concentravam seus esforços na expansão do ensino primário e secundário” (SILVA, 2005, p. 116). A maioria das escolas primárias ainda eram particulares ou confessionais e a educação infantil era responsabilidade das famílias ou de algumas instituições religiosas, como as escolas das irmãs de caridade. O Estado ainda não havia assumido plenamente o papel de promotor da educação infantil. No entanto, algumas iniciativas foram tomadas nesse sentido.

Em 1896, foi criado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, que tinha como objetivo garantir a proteção e assistência às crianças pobres e órfãs, além de cuidar da saúde e da alimentação delas. O Instituto também mantinha escolas para a educação infantil e o ensino primário. Outra iniciativa importante foi a criação da Escola Modelo Caetano de Campos, em São Paulo, em 1894, que tinha como objetivo ser uma escola exemplar e um modelo para as outras escolas do estado. A escola tinha um projeto pedagógico avançado para a época, que incluía a formação integral da criança, com ênfase na formação física, moral e intelectual. (SILVA, 2005).

Durante este primeiro capítulo vimos que a chegada da Companhia de Jesus ao Brasil marcou um momento significativo na história do país, além de estabelecer um sistema de catequese, eles desempenharam também o papel de colonização

portuguesa. Ademais, destacaram-se na educação, fundando colégios e seminários que se tornaram centros de excelência acadêmica e cultural. A presença dos jesuítas no Brasil teve um impacto profundo e duradouro na sociedade e na história do país, influenciando a formação cultural, religiosa e educacional da nação.

Em contrapartida, A expulsão dos jesuítas do Brasil ocorreu principalmente devido a uma combinação de fatores políticos, econômicos e religiosos. Politicamente, os jesuítas eram vistos como uma instituição poderosa e influente, que exercia grande controle sobre as terras e populações indígenas, a expulsão também teve um componente religioso, pois os jesuítas eram vistos como uma ordem religiosa poderosa que, segundo alguns críticos, exercia influência excessiva sobre a vida social e cultural da colônia, o que representava um desafio ao controle da Igreja Católica e às políticas da Coroa Portuguesa. Esses fatores combinados levaram à expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759.

Por fim, vimos que durante o primeiro período do Império do Brasil, conhecido como Primeiro Reinado, o sistema educacional era centralizado e controlado pelo Estado, com destaque para a formação das elites. Um dos marcos mais importantes desse período foi a instauração da Constituição de 1824, que previa em seu artigo 172 direitos básicos de acesso às instituições de ensino público, como escolas primárias e secundárias, embora o acesso à educação ainda fosse limitado e elitizado. Já no segundo período, o Segundo Reinado (1840-1889), ocorreram avanços significativos na educação. A Lei Geral da Instrução, de 1827, estabeleceu a criação de escolas primárias em todas as vilas e cidades do país, buscando a universalização do ensino primário. Além disso, foram criadas instituições de ensino superior. No entanto, a educação ainda era marcada por desigualdades sociais.

CAPÍTULO II

A EDUCAÇÃO NA REPÚBLICA VELHA E ERA VARGAS

Este capítulo se trata de um recorte dos aspectos principais do período da República Oligárquica até o governo Vargas. Em 1984 a educação ainda era vista como um recurso dirigido às classes dominantes, que eram fortemente influenciadas pela Igreja Católica e a corrente filosófica positivista. Outro marco importante desse período foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública no ano de 1923, mas infelizmente não foi suficiente para assegurar o direito à educação para todos. Veremos neste capítulo também como a Semana da Arte Moderna e a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) influenciou nos processos educativos do país. Por fim, serão expostos os aspectos pontuais da era Vargas que perpetuou-se até 1945. Esse período foi marcado por avanços significativos na expansão e valorização do ensino primário, na promoção da educação profissionalizante e na consolidação do ensino superior, mesmo com seus desafios e limitações.

2.1 A República das Oligarquias e a Educação

Durante o período da República Oligárquica no Brasil, que durou de 1894 a 1930, a educação era vista como um meio de formação de uma elite dirigente que deveria liderar o país. Essa elite, composta principalmente por membros da classe média e alta, acreditava que a educação era um meio de promover o progresso e o desenvolvimento econômico do país. No entanto, a educação durante este período foi marcada por desigualdades sociais e econômicas, com poucos recursos sendo destinados à educação pública e gratuita. De acordo com o historiador Carlos Alberto Torres, “a educação durante a República Velha estava longe de ser um direito universal e acessível a todos, mas sim um privilégio das classes dominantes”. (TORRES, 1989, p. 20).

Além disso, a educação nessa época era fortemente influenciada pela Igreja Católica e pelas ideias positivistas. O positivismo, uma corrente filosófica que enfatizava a importância do pensamento científico e racional na sociedade, influenciou a criação de escolas militares e a valorização da educação técnica. “A política educacional da Primeira República foi permeada por concepções

positivistas, que valorizavam a ciência, a razão e a tecnologia como meio para o desenvolvimento do país”. (MARCÍLIO, 1991, p. 78).

Outra característica da educação durante a República Oligárquica foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1923, que foi responsável por coordenar a política educacional do país. No entanto, essa medida não foi capaz de garantir uma educação de qualidade para todos os brasileiros, a educação durante o período da República Oligárquica no Brasil foi marcada por desigualdades sociais e econômicas, influências religiosas e positivistas e falta de investimentos em educação pública e gratuita para todos os brasileiros. “A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1923 foi uma tentativa de centralizar a política educacional do país, mas não foi suficiente para garantir uma educação de qualidade para todos”. (ROTHEN, 2018, p. 112).

Ainda nesse período, que se estendeu a década de 30, existiam poucas escolas públicas, e a grande maioria da população não tinha acesso à educação formal. Isso ocorreu porque o sistema educacional durante a Primeira República era controlado pelas elites políticas e econômicas do país, que tinham pouco interesse em democratizar o acesso à educação. Além disso, as concepções pedagógicas adotadas na época, influenciadas pelo positivismo, enfatizavam a formação de uma elite potencialmente capaz de levar o país ao desenvolvimento.

Ainda, a Igreja Católica, como citado anteriormente, tinha grande influência na educação e controlava a maioria das escolas, restringindo a formação de professores e a disseminação de conteúdos que fossem contrários aos valores da Igreja.

Com o passar do tempo, a luta por uma educação mais democrática e acessível para todos foi ganhando força, e a criação do Ministério da Educação em 1930 representou um marco na centralização da política educacional do país. A partir daí, foram criadas políticas públicas para expandir o acesso à educação e para melhorar a qualidade do ensino no Brasil, como veremos a seguir.

A Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo em fevereiro de 1922, teve um impacto significativo na relação entre arte e educação no Brasil. A Semana estabeleceu o rompimento dos padrões artísticos e estéticos, buscando trazer para o cenário cultural brasileiro as vanguardas artísticas europeias. No contexto educacional, a Semana da Arte Moderna teve um papel importante na renovação dos métodos e conteúdos de ensino de arte. Ela influenciou a formação de

professores, estimulando a valorização da criatividade, expressão individual e experimentação artística, indo contra ao ensino tradicionalmente baseado na cópia de modelos e na repetição de técnicas. “A Semana de Arte Moderna foi realmente o *catalisador* da nova literatura, coordenando, graças ao seu dinamismo e à ousadia de alguns protagonistas, as tendências mais vivas e capazes de renovação, na poesia, no ensaio, na música, nas artes plásticas” (CANDIDO, 2010, p. 125).

A partir da Semana de Arte Moderna, houve uma abertura para uma educação artística mais libertária e crítica, que valorizava a originalidade e a expressão pessoal. Essa mudança de paradigma na educação artística contribuiu para o desenvolvimento de uma abordagem mais criativa e participativa nas práticas pedagógicas, incentivando o aluno a explorar sua subjetividade.

Em 1924, foi fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE) que nasceu como resultado do movimento articulado de cientistas e intelectuais daquela época. Seu principal propósito era fomentar e o aprimoramento da educação, e colaborar com iniciativas que estivessem alinhadas a esse objetivo.

Concebida como entidade pedagógica e cultural, a ABE reúne uma pluralidade de profissões, entre professores, intelectuais e todas as pessoas interessadas na educação e na cultura. Nunca foi e nem é uma instituição de classe. Aprimorar a capacitação dos mestres de todos os níveis de ensino, para assegurar-lhes melhor rendimento de trabalho, é o caminho escolhido para dignificar tanto a profissão quanto os educadores e, em consequência, trabalhar em prol do aprimoramento da educação brasileira. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 2023, p. 1).

Desde sua fundação, a ABE tem desempenhado um papel importante na defesa e no desenvolvimento da educação brasileira. Através de suas ações, a associação busca contribuir para a melhoria contínua do ensino, incentivando a adoção de práticas educacionais inovadoras e a formação de professores qualificados. Além disso, a ABE também procura cooperar com outras instituições e iniciativas que compartilhem o mesmo objetivo de promover uma educação de qualidade e acessível a todos. De acordo com o Boletim da ABE (julho de 1927): “O problema da educação nacional só estará a caminho de ser resolvido no dia em que possuímos uma 'elite' esclarecida e consciente, capaz de compreender sua importância e de empreender sua solução. Preparar uma 'elite' é, pois, o primeiro passo a realizar”.

2.2 Educação na Era Vargas

Durante a Era Vargas no Brasil, que compreendeu os anos de 1930 a 1945, a educação passou por muitas transformações visando à modernização do sistema educacional e à promoção de uma sociedade mais instruída e desenvolvida. Nesse período, diversos aspectos se destacaram e contribuíram para o avanço da educação no país.

A intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a Revolução de 30 acabou por representar, determina conseqüentemente o aparecimento de novas exigências educacionais. Se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a nova situação implantada na década de 30 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado (ROMANELLI, 1999, p. 59).

Segundo o autor, um dos principais aspectos foi a expansão do ensino primário. O governo Vargas empreendeu esforços para criar escolas públicas em diferentes regiões do país, buscando garantir o acesso à educação básica para um maior número de crianças e jovens. Essa iniciativa teve como objetivo diminuir as taxas de analfabetismo e promover a inclusão social, proporcionando às camadas mais populares a oportunidade de adquirir conhecimentos fundamentais. O artigo 130 da Constituição de 1937 define que:

O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar, escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar.

Essa medida, visava promover um maior alcance da educação. Além disso, houve uma valorização da educação profissionalizante durante esse período. Com a implementação de escolas técnicas e profissionalizantes, o governo procurou preparar os estudantes para o mercado de trabalho, estimulando a formação de mão de obra especializada. Essa medida contribuiu para o desenvolvimento da indústria e para a melhoria das condições de trabalho, impulsionando a economia do país, Romanelli (1999), destaca que as escolas técnicas eram voltadas para as classes trabalhadoras. Outro aspecto relevante foi a criação da Universidade do Brasil, atual

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Essa instituição se tornou uma referência na educação superior e foi responsável por consolidar a pesquisa científica no país. A Universidade do Brasil contribuiu para a formação de profissionais qualificados em diferentes áreas do conhecimento, promovendo avanços acadêmicos e tecnológicos.

A era Vargas também marcou a expansão do ensino secundário, com a criação de escolas e colégios de renome.

O que constitui o caráter específico do ensino secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral e, bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística. O ensino secundário deve ser, por isto, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, em ensino capaz de dar ao adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão, e dos ideais, da nação, e bem assim dos perigos que a acompanhem, cerquem ou ameacem, um ensino capaz, além disso, de criar, no espírito das gerações novas a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, e seu destino (NUNES, 1999, p. 102).

Essa medida visava a preparação dos estudantes para o ensino superior, estimulando o acesso à educação de qualidade e formando jovens aptos a ingressarem nas universidades e nas profissões de destaque. Ademais, a era Vargas promoveu a valorização do professor e a sua profissionalização. Foi instituído um estatuto que garantiu direitos e deveres para os educadores, visando a melhoria das condições de trabalho e o reconhecimento da importância do magistério na formação dos cidadãos. (NUNES, 1999).

É importante ressaltar que também houve um controle governamental sobre a educação, com o estabelecimento de um currículo nacional e a censura de conteúdos considerados contrários aos interesses políticos do governo. Essa intervenção estatal acabou por limitar a autonomia das instituições educacionais e restringir a pluralidade de ideias.

Fundamentalmente, esse período representou um marco na história da educação brasileira, com avanços significativos na expansão e valorização do ensino primário, na promoção da educação profissionalizante e na consolidação do ensino superior. Apesar dos desafios e limitações, essas transformações contribuíram para a formação de uma sociedade mais instruída e preparada para enfrentar os desafios do desenvolvimento nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho acadêmico foi realizado com o intuito de analisar o histórico da educação brasileira do período colonial até o governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de compreender e destacar os principais aspectos que marcaram essa trajetória. Ao longo dessa investigação, foi possível constatar a complexidade e a diversidade das práticas educacionais ao longo dos séculos, assim como os desafios enfrentados em cada período histórico. Nosso objetivo foi alcançado ao considerar os aspectos mais relevantes que possibilitam compreender em suas linhas gerais o desenvolvimento da educação no Brasil.

Vimos no primeiro capítulo que do período colonial até a Proclamação da República, a educação no Brasil passou por diferentes estágios e influências. Inicialmente, com a chegada dos portugueses, destacou-se a catequese dos indígenas pela Igreja Católica, através das missões jesuíticas. Posteriormente, foram criadas as primeiras escolas, como os colégios jesuítas, que priorizavam a educação religiosa e o ensino das letras. No caso da educação na colônia o papel dos jesuítas foi importante apesar de todas as críticas que se possa fazer em relação a sua contribuição para a destruição das culturas indígenas. A catequese realizada por estes padres foi altamente profissional, organizada e planejada. Havia um currículo que era obedecido em todas as suas missões e práticas pedagógicas muito bem definidas. Por outro lado, a sua expulsão pelo Marquês de Pombal foi um desastre porque desorganizou a educação das primeiras letras não apenas para os indígenas mas também para os filhos dos colonos, sendo conhecido como reforma pombalina, esse novo sistema enfatizava a educação prática e técnica, com ênfase em disciplinas como matemática, física e química, em detrimento das humanidades e da formação moral e religiosa

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, a educação sofreu um declínio, até que, no século XIX, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, surgiram iniciativas de modernização do ensino, como a criação das primeiras escolas superiores e a implementação de métodos pedagógicos mais avançados. Durante o período imperial, houve debates sobre a laicização do ensino e a ampliação do acesso à educação. No entanto, somente com a Proclamação da República em 1889, iniciou-se um processo de reformas educacionais mais abrangentes, com a

separação entre Igreja e Estado e a implementação de políticas públicas visando à universalização e à democratização da educação no país.

Já no segundo capítulo, fica nítido que durante o período da República Oligárquica e a era Vargas, a educação no Brasil passou por importantes transformações. Na República Oligárquica, a educação ainda era marcada por desigualdades sociais e regionais, com a falta de acesso à escolarização para grande parte da população. As elites dominantes, que controlavam o poder político, mantinham o ensino elitizado e voltado para a formação das classes privilegiadas. Com a chegada da era Vargas, a partir da década de 1930, houve uma maior intervenção do Estado na educação, buscando promover a expansão e a modernização do sistema educacional. Foram implementadas reformas importantes, como a criação do Ministério da Educação e Saúde, a instituição de políticas de ensino obrigatório, a valorização dos profissionais da educação e a ampliação da rede de escolas públicas. O período também marcou o fortalecimento do ensino técnico e profissionalizante, visando preparar a mão de obra para as demandas do desenvolvimento industrial do país. Essas características representaram avanços significativos na democratização e no acesso à educação no Brasil.

A análise geral da educação brasileira revela um panorama marcado por avanços, retrocessos, lutas e conquistas. Desde os primeiros passos da educação formal, podemos observar como esses aspectos corroboraram para a realidade que encontramos hoje no contexto educacional brasileiro, como os direitos básicos de acesso gratuito.

No entanto, fica evidente que ainda há muito a ser estudado e compreendido sobre a história da educação brasileira. Aspectos como a influência de diferentes correntes pedagógicas, a relação entre educação e desigualdades sociais, a formação de professores, a participação da sociedade civil nas políticas educacionais, entre outros, merecem uma análise mais aprofundada.

Portanto, este trabalho cumpriu seu objetivo de proporcionar uma visão panorâmica do histórico da educação brasileira, destacando os principais aspectos que moldaram esse percurso. No entanto, é importante ressaltar que a história da educação no Brasil é um campo vasto e complexo, repleto de nuances e peculiaridades, e que há ainda um amplo espaço para pesquisas futuras, que contribuirão para uma compreensão mais completa e aprofundada desse importante tema para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rejane de Oliveira; MOURA, Maria da Glória Carvalho. Formação de professores da educação de jovens e adultos. In: **Revista Metáfora Educacional**. Feira de Santana, BA, n. 12, p. 110-122, jan.-jun. 2012. ISSN 1809-2705.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO 1924.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRANDT, D. **Alfabetização em vidas americanas**. Nova York: Cambridge University Press, 2003.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brazil. Carta de Lei de 25 de março de 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm.

CAMPOS, C. A Semana de Arte Moderna e a educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 5, 2003.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Literatura e cultura – 1900 a 1945. In: CÂNDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010, pp. 117-146.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II: ser ou não ser**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1994.

_____. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2006.

CUNHA, Luís. **Jesuítas e educação: história, memória e patrimônio**. São Paulo: Annablume, 2011.

FALCON, Francisco. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2008.

FREIRE, P. “Não há educação neutra”. Entrevista a Mariluce Moura. **Folha de São Paulo**, 19 de janeiro de 1986.

GARCIA, Regina Leite. **História da educação**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

JORNAL DO BRASIL. Marcílio substitui Zélia na economia. Rio de Janeiro, 09 maio, 1991. p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_11/32502?pesq=Marcílio%20substituiZélia na economia.

LIMA, D. F. C. **O Homem Segundo o Ratio Studiorum**. Dissertação de Mestrado, UNIMEP, 2008.

LOPES, Luciana S. O pecúlio dos escravos: concessão ou conquista? **Economia & História: crônicas de história econômica**, p. 22-28, maio de 2015.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da educação no Brasil: a escola pública entre a tradição autoritária e a luta pela democracia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARINO, Luciana. **História da educação brasileira: a escola dos Annales (1949-1992)**. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, A. C. G. de. A reforma e a contrarreforma. In: VIEIRA, M. (org.). **História do Mundo Moderno: Séculos XV ao XVIII**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 60-81.

NOVAES, Maria Helena. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Editora FTD, 1996.

NUNES, M. T. **Ensino secundário e sociedade brasileira**. 2. ed. São Cristóvão, SE: Editorada UFS, 1999.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil**. São Paulo: Cortez, 2000.

PRACA, Sérgio. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

RAMOS, Graziela Rocha Reghini. Populações indígenas brasileiras: suas línguas e suas escolas. **Anais do SETA**, v. 4, p. 54-54, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ROTHEN, Jose Carlos. “Uma pequena história da avaliação da educação a partir do caso brasileiro e francês”. In: ROTHEN, Jose Carlos; SANTANA, Andréia da Cunha Malheiros (orgs.). **Avaliação da educação: referências para uma primeira conversa**. São Carlos: EDUFSCAR, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases da educação brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

SILVA, Marcos Antonio da. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, V. P. Martinho Lutero e a educação. **Revista de Educação da Universidade Federal do Ceará**, Fortaleza, v. 27, n. 1, p. 101-112, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revrennaissance/article/view/3494>. Acesso em: 14 de abr. de 2023.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

TORRES, Carlos Alberto. **Educação e trabalho no Brasil: uma história desde a Colônia até os dias atuais**. São Paulo: Cortez, 2011.

TORRES, R. L. O mínimo existencial e os direitos fundamentais. **Revista de Direito Administrativo**, v. 177, p. 29-49, 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46113>.

VANDERBILT, Tom. **Martinho Lutero e a Reforma Protestante**. São Paulo: Editora Vida Nova, 2008.